

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

- a) Palavra do Presidente da Câmara Municipal;
- b) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2016;
- c) Aprovação da Revisão Orçamental n.º 1/2017;
- d) Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP.

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Em virtude do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter faltado à sessão, foi o mesmo substituído pelo primeiro secretário Artur Francisco Almeida Oliveira, tendo este sido substituído pelo membro da assembleia Maria João Castanheira Albuquerque, ficando, assim, constituída a Mesa da Assembleia.

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para poder distribuir o parecer do Técnico Oficial de Contas relativo à Prestação de Contas de 2016. Sobre este assunto o Sr. Presidente da Assembleia referiu que havia uma desconformidade legal pela não apresentação do relatório, nos termos da Lei das Finanças Locais e que iria fazer um interregno nos trabalhos uma vez que o documento carecia de uma análise mais aprofundada.

Procedeu-se, de seguida, à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: Artur Francisco Almeida de Oliveira, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira

Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Pedro Miguel dos Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração às atas das anteriores sessões; não havendo propostas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro tendo sido aprovada por unanimidade; de seguida foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de seis de março, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Feita a leitura da convocatória, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo para falar sobre a sessão solene do 25 de Abril, referindo que é sempre uma mais valia a comemoração desse dia, na medida em que podemos ouvir os testemunhos das bancadas e do Sr. Presidente da Câmara sobre o tema.

Referiu também que apesar do discurso do Sr. Presidente da Câmara ter uma componente do 25 de Abril, depressa se tornou em campanha política não adequada para o dia em questão.

Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves referindo que, ao contrário do que se passou na sessão seguinte ao 25 de Abril do ano passado, a sessão deste ano foi calma e toda a gente expressou o que queria, apesar de a política estar sempre presente no dia a dia. Referiu também que o ato de há quarenta e três anos atrás foi um despertar de liberdades para se dizer o que se pensa, com mais ou menos violência, e para agir em conformidade.

Acrescentou que estamos a atravessar uma época muito difícil na História Mundial e, na aldeia global em que vivemos, sofremos as consequências; cabe-nos a nós, com o nosso pequeno contributo, conseguir resolver determinadas situações e lutar para que a Democracia vingue.

Por fim referiu que nunca será demais recordar que o 25 de Abril permitiu a liberdade de todos os portugueses e, nessa medida, agradeceu ao

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, embora não estivesse presente, ter convocado uma Sessão Comemorativa do 25 de Abril.

O Sr. Presidente da Câmara congratulou-se porque sempre comemorou o 25 de Abril com responsabilidade e alegria e, como tal, se o Sr. Presidente da Assembleia estivesse presente agradecer-lhe-ia.

Relativamente à intervenção do membro Marcos Paulo acerca do seu discurso não comentou, mas realçou a parte positiva e o comportamento de todos na comemoração de uma data que determinou a vida coletiva de todos os portugueses.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “Palavra do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n. 8 datado de 20 de abril de 2017, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Relativamente a este ponto interveio o membro da assembleia Manuel Paraíso colocando duas questões ao Sr. Presidente da Câmara: se a desligação das luminárias feita pela EDP foi a pedido da Câmara Municipal e o que pretende fazer relativamente às árvores da Nacional 16.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que foi feito um levantamento das árvores existente desde a Ponte de Juncais até ao limite de Vila Soeiro do Chão, e que irão falar com o Presidente da Junta de Freguesia respetiva de modo a chegarem a uma solução; estão a pensar abrir concurso para vender as árvores a um madeireiro, mas, de momento, foi apenas feita a sinalização das mesmas pelo Engenheiro Lopes.

Relativamente à questão das luminárias, lembrou que há quatro anos atrás, a partir das duas horas da madrugada havia um apagão geral; neste momento, de modo a poderem manter os custos entendem que existem algumas luminárias que deverão ser desligadas, mas também há situações em que estão fundidas, nomeadamente na freguesia de Juncais, tendo já solicitado a sua substituição à EDP. Por fim referiu que a desligação das luminárias consideradas desnecessárias é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal.

O membro da assembleia Manuel Paraíso referiu que acha muito grave abrir concurso para vender árvores contaminadas pelo nemátodo, na medida em que deverão ser destruídas e não vendidas, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que essa não é a opinião do Técnico Florestal da Câmara.

Passou-se de seguida à alínea b) da Ordem do Dia: “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2016”.

Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que consultou a Lei 73/2013 das Finanças Locais que implica que as entidades com contabilidade patrimonial, juntamente com as contas remetidas ao órgão deliberativo para apreciação, enviem, também, a certificação legal de contas e o parecer do Revisor Oficial de Contas; teve o cuidado de voltar a verificar o CD e ficou surpreendido e desconfortável ao constatar que na reunião que iria presidir havia uma desconformidade deste tipo. Assim, propôs que em primeiro lugar se ouvisse a explicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e, seguidamente, depois da distribuição do documento, faria um interregno nos trabalhos para uma discussão prévia.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a sua opinião e a de todos os vereadores é que este parecer deveria acompanhar a deliberação da reunião de câmara, no entanto o Revisor Oficial de Contas entende que deverá ser apresentado apenas na Assembleia Municipal, tendo entregue o parecer na noite anterior à sessão da assembleia e, caso a Assembleia assim o entenda, farão então um intervalo para este ser analisado e discutido.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal permitiu a distribuição do parecer e solicitou um espaço para poderem reunir, mas antes da interrupção da sessão abriu inscrições para os membros se pronunciarem sobre a entrega tardia da Certificação Legal de Contas.

Sobre este ponto usou da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo para referir que o Revisor Oficial de Contas terá de ser responsabilizado pela entrega tardia do documento, uma vez que tem obrigação de o entregar atempadamente; incorrem numa violação da Lei 73/2013, art.º 76, nº3, mas, aparte disso, referiu que nem todos têm formação e obrigação de analisar um documento destes e não é em dez minutos que isso acontecerá.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que o Revisor Oficial de Contas é um prestador de serviços e, como tal, tem de cumprir as ordens,

caso contrário há a rescisão de contrato; concorda com a bancada do PSD quanto à entrega tardia do documento, é da opinião que vale mais tarde do que nunca, mas gostava que esta situação não se repetisse.

O membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que não quer boicotar o envio do processo ao Tribunal de Contas, mas que no ano passado, na convocatória para a Assembleia Municipal constava “apreciação e votação” e apenas apreciaram.

Referiu também que prestador de serviços ou não, o Revisor Oficial de Contas deve apresentar atempadamente a documentação e, caso isso não aconteça, devem mudar.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que na sua opinião o documento deve ser apreciado e votado e, por ter sido feito de modo diferente no ano passado, não era ele que presidia a sessão e é este o seu entendimento; de qualquer modo, apesar de não ter participado na elaboração da convocatória por se encontrar no estrangeiro, vai respeitar o teor da mesma que diz “apreciação e votação”.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que na convocatória do ano passado constava “apreciação e votação do Relatório de Contas”, mas que a Bancada do PSD e a Mesa da Assembleia entenderam que não deviam votar, mas apenas apreciar, tendo sido apenas votada uma moção apresentada pela bancada do PSD. Reconheceu que o executivo falha, mas também tem de haver coerência por parte da Mesa da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu ter havido uma evolução de pensamento, mas, de qualquer modo, vai respeitar a convocatória. Quanto à convocatória do ano anterior constava “apreciação e votação”, há um artigo do regimento que diz que as lacunas são integradas pela Mesa e se o Presidente da Mesa faz uma proposta, por solidariedade política institucional, geralmente os Secretários aceitam, desde que não fira, na opinião dos outros, uma ilegalidade.

Referiu ainda que o que está em causa não é o formato da votação, mas o facto de o documento do Revisor Oficial de Contas ter sido entregue tardiamente e, nessa medida, carece de alguma clarificação e, no mínimo, a leitura do documento para poderem tomar uma decisão sobre o avançar neste ponto, tendo em conta que uma assembleia extraordinária tem de ser marcada

com cinco dias de antecedência. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez um interregno nos trabalhos durante quinze minutos.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal tendo este referido que deveria ficar registada a evolução de pensamento da Mesa da Assembleia Municipal relativamente a esta questão, contrariamente ao que aconteceu no ano passado.

No que diz respeito à prestação de contas referiu que mais uma vez houve um resultado positivo em relação às contas do ano passado, o que não foi fácil, tendo em conta os encargos da Câmara relativamente ao processo de recuperação da dívida; tudo o que foi acordado com os bancos no que concerne ao pagamento mensal está a ser cumprido tendo sido conseguido perto de um milhão de euros de redução da dívida.

No que diz respeito à Execução Orçamental houve uma evolução positiva e um aumento do investimento global, assim como uma redução de despesas com o pessoal, porque os POC'S foram reclassificados numa rubrica que não a da despesa com o pessoal.

No que diz respeito ao Índice de Solvabilidade, ou seja, a capacidade da empresa de solver os seus compromissos a médio e a longo prazo e que traduz a situação de independência da empresa face aos credores, cujo nível satisfatório é o grau1, neste momento e, apesar das dificuldades, a Câmara Municipal apresenta um índice de solvabilidade de 0.97, o que significa que a capacidade da Câmara em honrar o seu compromisso se aproxima do valor de referência.

No parecer do Revisor Oficial de Contas há referência à questão dos terrenos da Serra da Esgalhada, estando apenas nos ativos financeiros o valor diminuto da Câmara Municipal na participação social das empresas Fornos Vida e Terras Serranas; quanto ao registo do património, não será possível fazê-lo enquanto os processos que se encontram em tribunal não estejam resolvidos.

O parecer faz ainda referência ao património do domínio dos bens públicos que também não se encontra registado, uma vez que não se sabe que património é pertença da Câmara Municipal, mas que é essencial para aumentar a conta do ativo.

O membro da Assembleia Luís Miguel Ginja usou da palavra para referir que o documento pode ser uma avaliação do atual executivo, houve uma melhoria ao longo dos anos na sua conceção e, nessa medida, deixou uma palavra de apreço aos funcionários envolvidos na sua elaboração.

Acrescentou que o documento transmite o esforço da autarquia na redução do pagamento aos fornecedores, tendo salientado os seguintes aspetos:

- o pagamento aos fornecedores no prazo de 15 dias;
- a redução do défice superior a 6%;
- a amortização da dívida e dos juros do anterior Plano de Reequilíbrio Financeiro superior a 6 milhões.

Referiu ainda que o parecer do Revisor Oficial de Contas é positivo, credível e transparente, que nos dá a conhecer a realidade da Câmara Municipal e, nessa medida, a Bancada do PS irá votar a favor.

Por fim deu os parabéns ao executivo e aos técnicos por levarem a Câmara e o concelho a bom porto.

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que o parecer do Revisor Oficial de Contas está datado de 13 de abril de 2017, dia posterior ao da reunião de câmara e, com um pouco de boa vontade por parte do Revisor, este teria ido à reunião a tempo, para depois ser apresentado na sessão da assembleia municipal, mas o mais grave é que duvida que um documento lavrado, assinado e datado no dia 13 de abril, tenha chegado apenas no dia anterior ao da sessão da Assembleia Municipal.

Referiu também que a Bancada do PSD nunca inviabilizou nenhuma prestação de contas do atual executivo e não será agora que o irá fazer, mas é muito difícil apreciar e votar um documento, cujo relatório lhes é apresentado minutos antes.

Acrescentou que é um relatório resumido e com algumas reservas por parte do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente em relação à titularidade dos bens imóveis porque não é possível confirmar o registo e relativamente às Terras Serranas, apenas refere que a rubrica de investimento financeiro inclui o valor de 30 mil euros de participações sociais nas empresas.

Por fim referiu que se o documento foi feito no dia 13 de abril este poderia ter sido entregue atempadamente, mas se foi entregue apenas no dia

anterior, o Revisor Oficial de Contas não reúne as condições necessárias para prestar contas ao Município e à Assembleia Municipal.

Usou da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra para apresentar a seguinte declaração de voto, relativamente ao Relatório da Prestação de Contas 2016:

“Declaração de voto ao Relatório de prestação de Contas de 2016

O objetivo principal da prestação de contas é dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, da execução orçamental e do resultado económico/patrimonial do Município.

Encontrei no relatório lapsos, como por exemplo no Quadro 14. em que a diferença entre a receita liquidada e não cobrada é de 7 282€ e não de 43 557€.

O inventário do imobilizado (composto pelos elementos patrimoniais do Município que tem carácter permanente e que não são destinados a venda) teima em não ser concluído e sendo este uma das três grandezas que constituem o Ativo, não consigo imaginar como posso eu ou qualquer outra pessoa aceitar como fiável o balanço proposto nesta prestação de contas.

No que toca ao Relatório de Gestão considero-o surpreendente imaginativo quando, por exemplo e haveria mais, refere que nos impostos diretos, com uma execução superior revela-se o IMT que registou um aumento de 30 293,92€, face à previsão orçamental.

De facto, a leitura pura do quadro 16 o que revela genericamente é um decréscimo significativo da receita fiscal e que o IMT, só por mero acaso, foi o imposto que mais decresceu em relação ao ano de 2015, (- 19,98%).

Também aqui não vislumbrei informação relevante sobre os passivos contingentes.

As sub rubricas outros continuam, na generalidade, apresentar estranhamente valores demasiado elevadas, pelo que considero deficit de informação.

Quanto à execução do Plano Plurianual de Investimentos e Grandes Opções do Plano se a quando do orçamento estas já não evidenciavam nada de estruturante para o concelho, conseguem muitas delas boas execuções com a diminuição/transferência de cabimentação. Será que há falta de bons projetos se junta a falta de trabalho?

O parecer do Revisor oficial de Contas não me foi enviado.

Pelo exposto o sentido do meu voto foi contra porque os documentos da Prestação de contas/2016, na minha opinião, não refletem de forma verdadeira e apropriada, em alguns aspetos relevantes, a posição financeira do Município de Fornos de Algodres.”

O membro da Assembleia Manuel Gonçalves começou por parabenizar o Dr. Américo e todos os funcionários adstritos a esta área pela elaboração do orçamento; relativamente à Lei 73/2013, enquadramento orçamental, referiu que há dois princípios a ser cumpridos, nomeadamente a estabilidade orçamental e a autonomia financeira, acrescentando que ao longo destes últimos quatro anos a Câmara tentou que não houvesse falhas quer nas despesas correntes com o pessoal quer nas outras despesas.

Referiu ainda que houve uma transferência da despesa corrente para investimento, cerca de 70.44% de aumento nas despesas de capital.

Relativamente à rubrica “outros” está plenamente de acordo com o membro da assembleia Cristina Guerra, tendo já solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que desse a essa classificação orçamental uma designação exata relacionada com o objetivo da despesa, de modo a ficar mais objetiva.

Em relação ao parecer do Revisor Oficial de Contas, referiu que os prazos têm de ser cumpridos e ele terá de emitir parecer atempadamente.

Por fim referiu que de acordo com a avaliação do auditor, nesta Câmara existe um sistema de controlo interno em que as despesas são feitas com relação de necessidades, requisição e posterior lançamento na despesa normal da contabilidade e, nessa medida irá votar favoravelmente.

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que havia colocado uma questão ao Sr. Presidente da Câmara acerca da data do relatório do Revisor Oficial de Contas e gostaria de ouvir a sua resposta.

Relativamente à Prestação de Contas, leu a seguinte moção:

“RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Declaração de Voto da Bancada do PSD

A bancada do PSD analisou com o cuidado possível o Relatório de Prestação de Contas relativo ao exercício de 2016 tendo observado alguns aspetos que merecem a nossa preocupação e que importa referir.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no exercício de 2016, à semelhança dos anos anteriores, continuou a não assumir o papel de motor do

desenvolvimento do concelho, na medida em que se verifica que a execução das grandes opções do plano, ainda que pareça denotar uma concretização quase plena, atingida facilmente com as várias revisões e alterações orçamentais, se limita a gerir as despesas em função das receitas emanadas do poder central e que, no ano em análise, até tiveram um aumento significativo.

Aliás, não seria de esperar outra coisa, já que os Planos de Atividades nunca apresentaram objetivamente projetos estruturantes que visassem a dinamização da criação de um Parque Empresarial, ou o apoio efetivo ao desenvolvimento da economia local ou mesmo à criação de emprego estável e duradouro.

Por outro lado, continuamos a verificar que os esclarecimentos prestados e a utilização da rubrica “outros...” continua a ser uma constante do Relatório de Prestação de Contas, evitando fazer referência aos aspetos que não interessa evidenciar, aliás como podemos assistir ao desacordo entre os membros Manuel Gonçalves e Luís Ginja da bancada socialista relativamente a este ponto, efetivamente não há transparência!

Relativamente à Prestação de Contas, não pondo causa os números apresentados, não podemos deixar passar que o parecer do revisor oficial de contas é obrigatório e deveria ter sido remetido a esta Assembleia com a devida antecedência para ser analisado, conforme a lei 73/2013 de 3 de setembro, Atº76, nº3.

Mesmo assim, não deixamos de apontar alguns aspetos de contabilização de despesa em algumas rubricas que, mais não são do que uma mudança de contabilização sem a explicação devida, denotando intenções que visam criar a impressão de que houve reduções efetivas de despesa, sobretudo com o pessoal, pretendendo assim esconder os gastos com algumas rubricas, nomeadamente os gastos com as medidas de emprego, como o caso dos 15.000€ dos subsídios de alimentação que neste relatório dá a entender que foram poupados, mas na realidade surgem como despesas com a alimentação das medidas de apoio ao emprego. Que neste caso deve ficar escrito também, que o rol de medidas de emprego que têm sido aprovadas, têm servido como ferramenta política, instrumentalizando e de alguma forma pressionando pessoas.

Consideramos também que as dívidas das empreitadas impugnadas judicialmente, e outras que foram sendo criadas como as dívidas à empresa das Águas, deveriam ser abordadas e refletidas, mais uma vez, para o Relatório, com a evidência da sua evolução, será que houve pagamentos a alguma destas empresas? Queremos acreditar que não, e que tendo havido pagamentos foram de novas adjudicações. Como está o caso das Águas? qual o valor em dívida?

De todas estas questões urge saber qual a evolução destes processos no contencioso, já que todos os fornecedores aguardam a sua liquidação, por terem sido incluídas no PAM do Município.

Continuamos a considerar que há aspetos que carecem de ser melhorados, como sejam a transparência e os esclarecimentos necessários ao entendimento do relatório, bem como o acatamento das sugestões e opiniões dos vereadores do PSD.

Face a tudo isto, entende a bancada do PSD que não estão reunidas as condições para uma relação de confiança no Relatório apresentado pelo que nos abtemos na votação do Relatório de Prestação de Contas de 2016, sendo esta a sua declaração de voto.

Fornos de Algodres, 28 de abril de 2017”

Por fim referiu que a Bancada do PSD não tenciona boicotar este processo e embora com abstenção vão votar e apreciar o Relatório de Contas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não ficaria bem ao Município apresentar um programa de ajustamento financeiro aprovado por unanimidade em Assembleia Municipal no final do mês de fevereiro e, passados dois meses, não haver aprovação das contas e, possivelmente, o Sr. Presidente da Assembleia teve isso em consideração em 2016, depois de interpretar a vontade e o sentido de voto que poderia surgir caso houvesse votação.

Referiu que não partilha do otimismo do Sr. Presidente da Câmara relativamente aos resultados positivos, porque tanto os resultados operacionais, como financeiros, como correntes são negativos e os Fundos Próprios continuam também negativos.

Acrescentou que apesar de reconhecer o otimismo do Sr. Presidente da Câmara é o seu papel advertir que, em termos de autonomia financeira cumpre

os requisitos mínimos e, relativamente à solvabilidade, ainda não atingimos o mínimo porque os Fundos próprios continuam negativos; a opinião com reservas do Revisor Oficial de Contas também deve ser motivo de preocupação, nomeadamente no que diz respeito à avaliação do património da Câmara, pelo prejuízo que possa causar no cálculo das amortizações e também pela ideia com que ficou no final do mandato, de que iria ser feita uma reavaliação da participação financeira da Câmara que está bastante deflacionada, ou seja, investiu mais do que aparece evidenciado no Ativo.

O Sr. Presidente da Câmara leu o ponto três do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras do Revisor Oficial de Contas que diz: *“A rubrica de Investimentos Financeiros inclui o valor de 30.000 euros de participações sociais do Município, registadas ao custo, nas empresas Terras Serranas – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, Lda. e Fornos Vida – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, S.A., representativas respetivamente de 15% do capital social de cada uma das sociedades.*

O suporte documental relativo à constituição das respetivas sociedades e ao processo de aumento de capital não permite validar aquela rubrica de Investimentos Financeiros, tendo em conta as dúvidas substanciais acerca da legalidade de atos deliberativos e administrativos conexos.”

Acerca desta matéria, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que enquanto os processos que se encontram em tribunal não transitarem em julgado, a Câmara Municipal não pode solicitar a avaliação da sua participação na sociedade.

Relativamente à data do documento, referiu que se ele tivesse sido entregue à Câmara Municipal nessa data, ele teria sido enviado a todos os membros da assembleia, não tendo originado esta situação.

Relativamente aos passivos contingentes, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal havia referido numa Assembleia Municipal, que a forma de resolver essa questão seria a abertura de um concurso à posteriori, mas ele não o fez.

O Sr. Presidente da Câmara referiu também que assim que os processos que se encontram em tribunal transitem em julgado e não haja responsabilidade financeira e criminal para o executivo, os valores estarão disponíveis para serem pagos.

Relativamente aos resultados apresentados pelo Revisor Oficial de Contas referiu que os fundos próprios negativos foram acumulados ao longo dos anos, tendo lembrado o Sr. Presidente da Assembleia que quando ele fez parte da assembleia, era confrontado com um conjunto de mapas sem qualquer explicação.

Relativamente à rubrica “outros”, também ele já anteriormente tinha alertado para esse efeito, tendo explicado que quando o Chefe de Divisão de Administração Geral assumiu o cargo, houve um salto qualitativo, no sentido de que a Câmara tinha um técnico que vinha duas ou três vezes por mês e que se limitava a apresentar uma série de mapas sem explicação.

Referiu ainda que devido ao trabalho desenvolvido pela contabilidade, nomeadamente o Dr. Américo, Graça Silva, Ricardo e todo o pessoal, está a melhorar nesse sentido.

Reconheceu que há um erro no mapa e agradeceu o facto de o membro da assembleia Cristina Guerra o ter alertado para o efeito.

Quanto aos passivos contingentes e, como já havia referido, assim que os processos transitem em julgado, a situação será resolvida, mas não irá assumir uma dívida sem um suporte legal, uma vez que as faturas das empresas foram devolvidas pelo anterior executivo por não terem cabimento; todos os passivos contingentes estão sinalizados e irão recorrer relativamente à questão da instalação da empresa na zona industrial de juncais, na medida em que o processo não estava conforme, nomeadamente no que diz respeito aos pareceres relativos ao ambiente; referiu ainda que se o anterior executivo tivesse certezas quanto à instalação da referida empresa, tinha emitido a certidão de localização mas não o fez e remeteu o assunto para o executivo seguinte.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que, ao que sabe, foi aprovada uma certidão de localização para a zona industrial, tendo depois colocado à votação a alínea b) da Ordem do Dia: “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2016”, tendo sido a mesma aprovada por maioria com o voto contra da deputada do CDS-PP e abstenções dos deputados diretamente eleitos do PSD e Presidentes de Junta da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, União de Freguesias

de Sobral Pichorro e Fuinhas, Freguesias da Matança, Queiriz, Muxagata e Infias.

Passou-se de seguida à alínea c) do ponto 2 da Ordem do Dia: “Aprovação da Revisão Orçamental n.º 1/2017”.

Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que esta revisão orçamental tem a ver com o FAM e com o facto de na próxima semana ser liquidado o valor do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos ao Millennium BCP.

Não se tendo verificado inscrições relativamente a esta alínea, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se de imediato à alínea d) da Ordem do Dia: “Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP”.

Acerca deste assunto interveio o membro da assembleia Luís Miguel Ginja referindo que uma das vantagens do 25 de Abril foi o concordar e o discordar daquilo que nos é apresentado e, relativamente a este documento, discorda com o que está escrito porque põe em causa as IPSS's do concelho, os Presidentes das Juntas de Freguesia e a Rede Social.

Referiu que se alguém em 2016 foi privado de alimentação, foi uma situação anómala no concelho de Fornos de Algodres, na medida em que a rede social funciona muito bem, havendo também uma instituição que tem uma cantina social; ao que sabe está a decorrer uma candidatura para um programa de fornecimento de refeições a quem mais necessita em Fornos de Algodres, juntamente com os concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Trancoso.

Referiu ainda que nunca delegaria no Presidente da Assembleia Municipal a representação de uma questão desta gravidade em nome do Município, uma vez que o Presidente da Câmara Municipal é que detém a representatividade extra concelhia.

O membro da assembleia Pedro Oliveira referiu que a Bancada do PSD concorda com a proposta apresentada pelo CDS-PP, sugerindo apenas a alteração de Presidente da Assembleia Municipal para Presidente da Câmara Municipal.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que não tem razões para duvidar do que consta no documento, mas a melhor maneira de provar a veracidade dos factos é questionar o Governo de Portugal; quanto à formulação a ser feita pelo Presidente da Câmara ou pelo Presidente da Assembleia, não se opõe a essa alteração, apesar de achar que o órgão mais importante é a Assembleia Municipal, de qualquer modo acha que estarão bem representados por qualquer um deles.

O membro da assembleia Luís Miguel Ginja referiu que gostaria realmente de saber se alguém passou fome.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que o que é relevante é saber se os apoios estão a chegar.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que há várias IPSS's sempre disponíveis, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia e a Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres e que no concelho foram aprovadas duas candidaturas relativamente a esta matéria, tendo de seguida passado a palavra ao Sr. Vereador Alexandre Lote.

O Sr. Vereador Alexandre Lote esclareceu que em 2016, o PCAAP (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados) não foi aprovado pelo governo porque anteriormente e, como era do conhecimento geral, havia um duplo apoio a algumas pessoas, que frequentavam a cantina social e recebiam alimentos através do PCAAC; o governo criou então um grupo de trabalho para avaliar esta medida e, com base nessa avaliação, decidiu manter a rede de cantinas sociais e criar uma medida para cerca de cento e sessenta beneficiários que terão direito a alimentos, mas que não frequentem a cantina social.

Numa reunião com o Centro Distrital, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Aguiar da Beira e Trancoso, foi acordado que estes alimentos fossem distribuídos de modo equitativo.

Hoje em dia, com as medidas de apoio ao emprego, as situações de carência são muito voláteis, uma vez que uma pessoa pode estar numa situação de carência neste momento, entra numa medida de emprego e depois sai, e o programa é maleável nesse sentido, uma vez que a definição de beneficiário não é rígida e, nessa medida, todos os meses é feita uma avaliação aos beneficiários que terão direito aos alimentos.

Referiu ainda que a alimentação vem de acordo com as necessidades alimentares e em função da idade dos beneficiários, sendo, por isso, um programa muito bem desenhado.

Relativamente à rede social de Fornos de Algodres, acrescentou que funciona bem, é reconhecida a nível distrital, e elencou os projetos a saber:

- Programa de Emergência Social que permite a cada munícipe que saiba que existe um cidadão que esteja numa situação de vulnerabilidade económico-financeira, apresentar essa situação à Câmara Municipal;
- Programa de Teleassistência de apoio às pessoas isoladas;
- Programa com a GNR, em que esta visita cerca de duzentas pessoas por mês e reporta à Câmara Municipal as suas necessidades;
- Juntas de Freguesia que identificam as necessidades da população;
- Loja Social;
- Mercado Solidário.

Por fim referiu que a rede social está muito bem implementada e que ao aprovarem uma proposta deste tipo estão a pôr em causa o trabalho de muita gente, apesar de perceber qual o objetivo da mesma.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que apesar de não ter conhecimento acerca do funcionamento da rede social de Fornos de Algodres, não é relativamente ao facto de funcionar bem ou não que trata o documento, mas sim ao facto de terem interrompido um programa que distribuía bens de primeira necessidade às pessoas carenciadas e, como sabem, há muita pobreza envergonhada. Acrescentou que o documento está datado de fevereiro, ficou um ano em estudo e só no segundo semestre deste ano se reatará o programa, ainda que dentro doutros moldes.

Acerca desta matéria, o membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que numa sessão da Assembleia Municipal houve, em tempos, a reversão de uma proposta e, nessa medida, propôs ao membro da assembleia Cristina Guerra que, face às explicações inequívocas de que não há ninguém no concelho a passar fome, reconsiderasse a sua proposta não a apresentando ou, então, que a apresente de modo a não referir que tem conhecimento de que há pessoas a passar fome no concelho.

Concordou com o facto de que há muita pobreza envergonhada e se tiver conhecimento de alguém com necessidades, é o primeiro a ajudar essa

pessoa ou a encaminhá-la para quem a possa ajudar, porque esse é o dever da sociedade.

O Sr. Presidente da Assembleia fazendo uma síntese de pensamento da Assembleia Municipal, referiu que há três propostas, sendo uma do PSD que consiste na substituição do Presidente da Assembleia pelo Presidente da Câmara Municipal como mandatário e duas do PS, nomeadamente retirar a proposta ou então retirar a frase:” ... *que não podem ficar privados de alimentação, como aconteceu no passado recente, designadamente em 2016.*”

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que as diversas opiniões só engrandecem o documento e, como tal, não tem pudor em reformulá-lo acatando as recomendações dos seus pares.

O membro da assembleia Luís Miguel Ginja referiu que o membro da assembleia Cristina Guerra pretende apenas saber porque é que o programa foi interrompido e para quando se prevê o seu reinício.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que depois dos esclarecimentos prestados, o membro da assembleia Cristina Guerra retira a proposta pelo que não será submetida a votação.

O membro da assembleia Manuel Gonçalves solicitou a palavra para dizer ao membro da assembleia Cristina Guerra que não entendesse a sua intervenção como uma interferência na sua proposta e acrescentou que gostaria que ficasse registado que a Sra. deputada do CDS-PP se interessa efetivamente por esta questão e que o debate foi pertinente, onde todos falaram de um assunto extremamente importante.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que nos debates abertos, as pessoas só melhoram a qualidade da informação e que não toma isso como uma ingerência na sua postura política, caso contrário não o permitiria.

Passou-se de seguida ao ponto três da Ordem do Dia:” Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”.

Acerca deste ponto interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves para lembrar algumas questões já abordadas em assembleias anteriores, nomeadamente o gradeamento no acesso à A25, o corte das mimosas no antigo IP5, o delimitador de velocidade a seguir à rotunda de Figueiró da Granja, o ponto de situação relativamente aos buracos na Avenida

25 de Abril, o problema da sobrelotação do cemitério de Fornos de Algodres e o que se passa com as obras na curva de Pêro Moniz, uma vez que estão paradas.

O membro da assembleia Rui Furtado referiu que o executivo pretende apresentar no Relatório de Prestação de Contas de 2016 uma redução na despesa, contudo verifica-se a maior despesa de sempre com o Gabinete de Apoio ao Presidente e com os elementos que compõem o executivo e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se essa situação se vai manter.

O membro da Assembleia Elvas da Rocha congratulou-se com a forma calma e justa como decorreram os trabalhos.

Relativamente à ADFA (Associação Desportiva de Fornos de Algodres), referiu que temos um grupo de jovens entusiastas que levaram a cabo um bom trabalho, estão a um ponto de ser campeões distritais e, nessa medida, parabenizou os dirigentes, os atletas, os treinadores e o público, que fizeram com que isso fosse possível.

De seguida abordou a questão da limpeza dos terrenos circundantes às habitações e, relativamente a esta matéria, referiu que os Presidentes de Junta, a Proteção Civil, a GNR e o Município, têm um papel muito importante na sensibilização para a prevenção e limpeza dos terrenos, uma vez que se avizinha um período crítico relativamente a incêndios florestais.

O membro da assembleia Marcos Paulo, ainda relativamente à Prestação de Contas de 2016, referiu que no caso da dívida às Águas do Zêzere e Côa, foi assumido por todos na Assembleia Municipal que se continuasse a não pagar, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal referido que iria guardar o dinheiro da cobrança da água aos munícipes, até ao trânsito em julgado desta situação.

Referiu ainda que esta dívida foi reconhecida pelo passivo contingente e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se o dinheiro da cobrança está a ser guardado, até porque se recorda de uma proposta do membro da assembleia Cristina Guerra no sentido de aplicar esse dinheiro, logo que ficasse disponível, na rede de saneamento não só da escola como também do centro da vila de Fornos.

Relativamente ao parecer do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente à questão da participação financeira da Câmara Municipal, questionou o Sr. Presidente da Câmara se é verdade ter proposto à sociedade Terras Serranas a venda da participação financeira do Município e este tenha recusado.

Referiu ainda que concorda com as questões ali apresentadas relativamente às limpezas, nomeadamente no IP5; concorda também que se façam ações de sensibilização junto dos particulares para a limpeza dos terrenos, mas a Câmara terá de servir de exemplo porque a limpeza quer na vila quer nas matas da responsabilidade do Município não tem sido feita.

Seguidamente questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação relativamente aos buracos na Avenida 25 de Abril, uma vez que, e de acordo com o que se ouve na praça pública, foi gasta uma quantia avultada para facilitar os particulares na avenida de acesso à A25, quando o mais urgente seria investir esse dinheiro no arranjo da Avenida 25 de Abril.

O membro da assembleia Maria João Castanheira na sequência das solicitações da Junta de Freguesia da Matança, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal para quando está prevista a cedência do limpa bermas.

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal Tiago Vaz de Sousa alertou para a necessidade de limpeza das bermas das estradas nomeadamente a estrada de ligação da Muxagata ao Sobral Pichorro que carece de intervenção, uma vez que tem o pavimento completamente degradado, cheio de buracos e no inverno fica completamente alagada.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente às limpezas das estradas referiu que antigamente havia uma empresa chamada Aproffal que efetuava serviços de limpezas, mas que recebeu mais dinheiro do que aquilo que correspondia ao trabalho efetivamente realizado.

Relativamente à estrada de ligação da Muxagata ao Sobral Pichorro, referiu que a sua requalificação tem um custo de cerca de um milhão de euros e, neste momento, a Câmara Municipal não tem disponibilidade financeira.

Referenciou o trabalho realizado relativamente à sinalização horizontal em praticamente todo o concelho, na medida em que as estradas não estavam sinalizadas o que constituía um perigo para quem lá passasse.

Relativamente à intervenção do membro da assembleia Marcos Paulo, referiu que não é verdade que a Câmara Municipal tenha proposto a venda da

sua participação às Terras Serranas, a proposta que foi feita foi no sentido de deixar as coisas como estão, mas a Câmara não desiste dos processos que estão em tribunal porque entende que tem de reverter para si todo o património que lhe pertence e porque os atos deliberativos quer da assembleia quer do executivo, não sustentam o negócio que foi feito na altura.

Referiu ainda que, ao que sabe, a sociedade Terras Serranas colocou o hotel à venda e esse facto preocupa-o porque caso essa venda venha a ser concretizada poderá acarretar problemas à Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à utilização dos campos de futebol.

Relativamente à questão das Águas do Zêzere e Côa referiu que quando tomou posse, a Câmara Municipal devia cerca de quinhentos mil euros não havendo qualquer tipo de provisão, ainda começou a pagar mensalmente a água e o saneamento, mas depois de uma análise às contas verificou-se que não havia capacidade financeira para tal. Neste momento, a dívida às Águas do Zêzere e Côa ronda um milhão de euros, estando parte deste valor contemplado no passivo contingente e para o restante existem provisões no sentido de se pagar, assim que a questão das águas ficar resolvida.

Relativamente à questão das limpezas das áreas circundantes às habitações, referiu que a sensibilização junto dos proprietários é importante, mas caso isso não resulte dever-se-á reportar o caso à GNR.

No que diz respeito à ADFA (Associação desportiva de Fornos de Algodres), congratulou-se, esperando que no próximo domingo Fornos seja campeão e parabenizou o trabalho da atual Direção e de todos os presidentes que por lá passaram.

No que concerne à intervenção do membro da assembleia Rui Furtado relativamente ao Gabinete de Apoio ao Presidente, naturalmente que é comparativamente ao Gabinete do executivo anterior, e, acerca desta matéria, esclareceu que essa diferença se deve, em parte, ao facto de o anterior Presidente da Câmara não receber ordenado, apenas despesas de representação, acrescentando que o anterior executivo tinha apenas um vereador a tempo inteiro, mas, em contrapartida, tinha um Chefe de Gabinete.

Por fim referiu que está contente com as opções que tomou e que esse valor é bem empregue.

Relativamente às obras na curva de Pêro Moniz, estas são da responsabilidade da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal apenas presta a sua colaboração.

No que diz respeito ao cemitério, referiu que é uma questão que o preocupa, pois para além dos dez ou doze lugares da parte de cima há apenas mais um talhão a ser utilizado; na altura não se sepultavam pessoas na parte de baixo do cemitério porque havia um problema que à data não sabiam se tinha resolução, mas de acordo com parecer dos Serviços Técnicos já está em condições de ser utilizado. A médio prazo a solução será fazer o alargamento do cemitério ou então construir um novo.

Relativamente à questão da Avenida 25 de Abril, referiu que carece de uma intervenção de fundo, nomeadamente a instalação de uma nova canalização, uma vez que aquela não aguenta a pressão.

Em relação aos delimitadores de velocidade referiu que este assunto está a ser analisado.

Relativamente ao IP5, é uma questão a resolver, até porque já foram avisados pela GNR e quanto ao gradeamento está em fase de concurso.

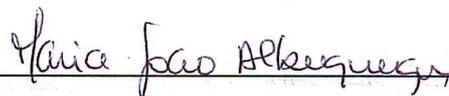
Em virtude de não se ter verificado nenhuma inscrição para intervenção do público, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

